

PLANO ESTRATÉGICO 2020-2031

5ª edição - Ano 2025



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos

PLANO ESTRATÉGICO 2020-2031

Missão do Mapa

“Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.”

Brasília
Mapa
2025



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais
do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social
do Ministério da Agricultura e Pecuária

5ª edição. Ano 2025

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração

Coordenação-Geral de Planejamento e Inovação Institucional

Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Sala 624

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-3321 E-mail: cgplan@agro.gov.br

Editorial – Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS/MAPA.

Equipe técnica - 5ª edição: Darson Ribeiro Xavier, Fernando Alves Lima, Marcos Fernandes Martins, Mariana Guedes Ariza.

Equipe técnica - 3ª e 4ª edições: Cristóvão de Melo, Fernando Lima, Karen Fonseca, Leonardo Lanna, Paulo Cardoso e Rachel Freire.

Equipe técnica - 1ª e 2ª edições: Bruno Hahn, Eduardo Domingues, Juliana Paiva, Leila Ollaik, Leonardo Lanna, Luiz Marcelo Vídero, Paulo Fresneda.

Secretário-Executivo: Irajá Rezende de Lacerda.

Secretário-Executivo Adjunto: Cléber Oliveira Soares.

Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração: Fernando Magalhães Soares Pinto.

Coordenador-Geral de Planejamento e Inovação Institucional: Luís Fernando Magnani de Oliveira.

Coordenador de Planejamento e Projetos Estratégicos: Fernando Alves Lima.

Equipe da Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos: Darson Ribeiro Xavier, Marcos Fernandes Martins, Mariana Guedes Ariza.

Participação: Secretaria-Executiva – SE/Mapa; Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa; Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/Mapa; Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR/Mapa; Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI/Mapa e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Sumário

Institucional	3
1. Apresentação	7
2. Introdução	8
3. Tendências Globais	9
4. O Brasil nos Cenários Nacional e Internacional	10
5. A Gestão da Estratégia	12
6. Missão	13
7. Visão de Futuro	13
8. Valores	14
9. Públicos de Interesse	15
10. Alinhamento com as estratégias do Governo	16
11. Mapa Estratégico	18
12. Indicadores de Desempenho	23
13. Iniciativas Estratégicas	30
14. PPA, Iniciativas Estratégicas e Objetivos Estratégicos	41
15. Considerações Finais	42



1. Apresentação

O Brasil tem um papel privilegiado no tratamento de um grande desafio global: garantir a segurança alimentar com sustentabilidade e qualidade. Para isso é necessário desenvolver a produção agropecuária de maneira sustentável, de modo a garantir o fornecimento de alimentos para a população brasileira e gerar excedentes exportáveis, e com atenção aos aspectos sanitários envolvidos em toda a cadeia produtiva.

Nesse contexto, a agropecuária é um setor estratégico de nossa economia. Nos últimos cinquenta anos, o Brasil transformou-se de importador de alimentos a um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais, alimentando aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas no mundo. Em 2021, a agropecuária foi responsável por 27,4% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro¹. O Brasil ocupa o primeiro lugar mundial como exportador de soja em grão, café, açúcar, suco de laranja e carne de frango; o segundo lugar em carne bovina, milho, óleo e farelo de soja; o terceiro como exportador de algodão; e o quarto em carne suína. Esse notável desenvolvimento naturalmente traz novos desafios para o país, para os quais novas soluções e inovações são necessárias.

Além de ser um importante “player global” no abastecimento de alimentos, fibras e energias renováveis, o Brasil desenvolveu um modelo de agricultura adaptada aos trópicos que garantiu o aumento da produção em 385%, enquanto a área agrícola aumentou somente 32%.

Atualmente, o país produz em 30% de seu território. Detentor de uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo e de um robusto plano de fomento às energias renováveis, o Brasil posiciona-se como uma das principais lideranças globais para o desenvolvimento de uma economia resiliente

às mudanças do clima e de baixa emissão de carbono. Com especial atenção aos desafios ambientais, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO estima que a produção mundial de alimentos deva ser incrementada em 40% para suprir uma população em permanente crescimento até 2040. Aliar o crescimento da produção de alimentos à conservação dos recursos naturais é um dos principais desafios do mundo, e o Brasil reúne as condições de superá-lo.

São muitas as ações necessárias para o aumento da sustentabilidade e o crescimento do setor. Algumas dessas ações de extrema importância são: monitorar os cenários do agronegócio nacional e internacional, compreendendo suas tendências e analisando de que forma o Brasil pode aproveitar as oportunidades; aumentar sua rentabilidade e competitividade; garantir a segurança alimentar da população brasileira; gerar renda e emprego, além de reduzir as desigualdades sociais; sensibilizar e apoiar o uso sustentável dos recursos naturais; dentre outras. Tudo isso exige, também, que sejam definidos processos de prospecção, planejamento, formulação de políticas públicas, diretrizes e estratégias que subsidiem a gestão do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa, para cumprir todas as suas responsabilidades com a sociedade brasileira.

Para organizar a sua atuação, em 2019 o Mapa elaborou o seu Plano Estratégico 2020-2031, apresentado aqui neste documento, revisado em 2024. Ele dá continuidade aos planos estratégicos realizados em 2006 e 2016, que são marcos importantes na gestão estratégica do Ministério. É o Plano Estratégico que permitirá ao Mapa alcançar os seus objetivos e realizar a sua visão de futuro.

1 PIB do Agronegócio Brasileiro, calculado pelo Cepea/USP com apoio da CNA.

3. Tendências Globais

A agropecuária global tem evoluído como um setor altamente diverso, no qual, além do seu papel tradicional de garantir alimento à humanidade, as cadeias produtivas agropecuárias têm importante relação com os recursos naturais e se tornaram produtoras de energia renovável.

O crescimento populacional, a maior longevidade, a urbanização, o incremento da classe média, principalmente no Sudeste Asiático e em partes da África, e as mudanças no comportamento dos consumidores levam a projeções importantes, que demonstram que até 2030 será necessário o aumento em 35% da produção mundial de alimentos, conforme estimativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. A maneira como esta demanda será suprida impacta bases de recursos naturais, água e biodiversidade. Aumentar a produção de alimentos implica também identificar tecnologias que contribuam para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a utilização média de recursos naturais como terra e água.

Um dos principais desafios globais é a realização de investimentos em tecnologias para a mitigação da mudança do clima e para a redução dos seus impactos nos setores produtivos, principalmente na agricultura, e nas populações vulneráveis. Ao mesmo tempo, dois bilhões de pessoas

dependem da agricultura para seu sustento. A maioria da população mais pobre continuará a viver em áreas rurais, dependendo da agricultura para sua subsistência e como parte mais importante de sua renda. Cerca de 830 milhões de pessoas ao redor do mundo estão desnutridas, enquanto outras sofrem de outras formas de má nutrição, como obesidade e falta de nutrientes.

Os grandes desafios estão resumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esse pacto global constitui compromisso político que envolve praticamente toda a comunidade internacional. De forma pragmática, a Agenda conta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (os ODS) com Metas e Indicadores até 2030. A agricultura tem papel central em todos os 17 ODS (ou seja, além do ODS 2, que especificamente trata sobre o combate à fome).

Assim, a agropecuária representa um dos principais focos desse debate, estando no centro da agenda mundial. Por consequência, o Brasil, um dos maiores produtores agropecuários do mundo, e sua produção também se encontram no cerne dessa discussão. São grandes os desafios decorrentes deste cenário, e é importante que o Brasil consiga enfrentá-los.



4. O Brasil nos Cenários Nacional e Internacional

O documento “Projeções do Agronegócio - Brasil 2018/2019 a 2028/2029”, que mostra uma visão prospectiva do setor, um dos recursos básicos para a formulação das políticas e estratégias do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa, utilizou como referência trabalhos de organizações brasileiras e internacionais, baseados em modelos de projeções. As tendências indicadas permitem identificar trajetórias possíveis, bem como estruturar visões de futuro do agronegócio no contexto mundial, para que o país continue crescendo e conquistando novos mercados, além de garantir a segurança alimentar de sua população.

No documento, são apresentadas projeções para 30 produtos do agronegócio: milho, milho de segunda safra, soja, trigo, laranja, suco de laranja, carne de frango, carne bovina, carne suína, cana-de-açúcar, açúcar, algodão, farelo de soja, óleo de soja, leite “in natura”, feijão, arroz, batata inglesa, mandioca, fumo, café, cacau, uva, maçã, banana, manga, melão, mamão, papel e celulose. As projeções foram realizadas em geral para produção, consumo, exportação, importação e área plantada.

Os produtos mais dinâmicos do agronegócio brasileiro deverão ser carne suína, soja em grão, algodão em pluma, celulose, milho, carne de frango, leite e açúcar. Entre as frutas, os destaques são a manga, a uva e a maçã. O mercado interno e a demanda internacional serão os fatores principais de incremento na procura por esses produtos, que possuem o maior potencial de crescimento em sua produção nos próximos dez anos.

Esse avanço, principalmente na produção de grãos, exigirá um esforço de crescimento que deve consistir em melhoria da infraestrutura, investimento em pesquisa e aumento de financiamento. Um dos maiores desafios é diversificar produtos e mercados e agregar valor à produção.

“Visão de Futuro do Agro Brasileiro”² é uma plataforma entregue pela Embrapa que reúne e sintetiza análises estruturais do ambiente de produção de alimentos, fibras e bioenergia, com horizonte de longo prazo, trazendo assim considerações relevantes para o planejamento estratégico do Mapa. O material aponta alguns desafios para a agricultura brasileira por meio das seguintes megatendências:

1. Sustentabilidade - O crescimento da demanda por bens e serviços em um ambiente com recursos naturais finitos, bem como os acordos internacionais e os crescentes requerimentos

legais ambientais pressionam a produção de alimentos por processos mais sustentáveis e integrados.

2. Adaptação à mudança do clima - A mudança do clima consolida uma tendência de grande relevância para o agro, em âmbito nacional e global, tendo em vista os compromissos vinculantes assumidos internacionalmente com consequente repercussão formal na competitividade nacional, além dos potenciais impactos ambientais e econômicos sobre a garantia da segurança alimentar e competitividade do agro no Brasil.

3. Agrodigital - Diversas forças das Tecnologias de Informação e Comunicação estão impulsionando uma revolução no campo, caracterizando o chamado processo de digitalização do agro. O agro se torna digital à medida que o gerenciamento de tarefas dentro e fora da fazenda se concentra em diferentes tipos de dados obtidos por meio de sensores, máquinas, drones e satélites para monitorar, controlar e agir sobre solo, água, animais e humanos, de maneira crescentemente automatizada.

4. Intensificação tecnológica e concentração da produção - Contempla sinais e tendências da produção agrícola brasileira (como intensificação e localização geográfica e do mercado internacional) no que se refere ao crescimento das exportações e acesso aos novos mercados. Abrange mudanças espaciais e aspectos sociais da produção, como concentração da produção e esvaziamento do campo, bem como seus efeitos no nível de emprego e custos da mão de obra.

5. Transformações rápidas no consumo e na agregação de valor - As principais tendências globais de consumo de alimentos são a sustentabilidade, a saudabilidade, a segurança dos alimentos e a segmentação crescente do mercado. Em contrapartida, o mundo enfrenta crise de segurança alimentar e nutricional, com aumento das pessoas em condições de fome e insegurança alimentar, e outros problemas relacionados à obesidade e desnutrição.

6. Biorrevolução - No agro, os avanços das ciências biológicas, associados ao desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação, têm promovido ganhos de produtividade, controle de pragas e doenças com menor uso de defensivos, geração de novas fontes de energia, entre outros.

7. Integração de conhecimentos e de tecnologias - Para solucionar problemas complexos e propor soluções

2 Esse conteúdo está publicado e disponível como: VISÃO de futuro do agro brasileiro. Brasília, DF: Embrapa, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro>. Acesso em: 14/03/2023.

inovadoras capazes de atender às necessidades da sociedade global, a tendência é uma nova abordagem de pesquisa convergente, integradora e com equipes transdisciplinares, entre diversas organizações e campos de especialização, com aproveitamento de recursos e conhecimentos.

8. Incremento da governança e dos riscos - A configuração do agro do século 21 evolui na direção da complexidade e da integração, no que concerne à abrangência do complexo agroindustrial, à assimilação das imperatividades relacionadas às dinâmicas ecológicas e socioeconômicas e à ampliação da sua própria motilidade. Esse movimento resulta em desdobramentos com nuances bem variadas e requer uma arquitetura de governança mais robusta entre atores.

As megatendências estão envolvidas no contexto internacional, com impactos nas políticas públicas nacionais, de modo que é estratégico o alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU), cujas Metas e Indicadores globais precisam ser adaptados à realidade da agropecuária tropical.

Todas estas informações servem de subsídio para a definição das melhores estratégias que possibilitem a utilização das oportunidades vigentes agregadas aos pontos fortes da agropecuária nacional para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas brasileiras.



5. A Gestão da Estratégia

A gestão da estratégia pela alta administração é fator primordial para o seu sucesso. Para tanto, é fundamental dispor de uma estrutura de governança e gestão que perpassa a organização em seus diversos âmbitos, integrando as instâncias operacionais e deliberativas de planejamento e execução da estratégia aos níveis superiores de tomada de decisão.

O planejamento estratégico é uma prática essencial na administração, seja ela pública ou privada, devido aos benefícios que a utilização desse instrumento de gestão traz às organizações. Entre eles, podem-se destacar a elevação da eficiência, eficácia e efetividade da organização, pois permite o alinhamento das operações e o aumento da racionalidade das decisões, reduzindo os riscos e ampliando as possibilidades de alcance dos objetivos traçados.

O Mapa Estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho organizacionais. A missão da organização representa um ponto de partida e esclarece a razão de sua existência.

A estratégia corresponde à capacidade de se trabalhar contínua e sistematicamente o alinhamento da organização às condições ambientais, que se encontram em constante mudança, tendo sempre em mente a visão de futuro e a perpetuidade organizacional.

No planejamento estratégico, as estratégias são traduzidas em termos operacionais pelos objetivos estratégicos, seus indicadores de desempenho e metas associadas, que expressam o padrão de desempenho a ser alcançado por meio de iniciativas definidas. Os objetivos estratégicos são os fins a serem alcançados pela organização para o cumprimento de sua missão institucional e a consecução de sua visão de futuro. Constituem elo entre as diretrizes de uma organização e o seu referencial estratégico.

Após a formulação da estratégia, um método deve ser escolhido para fazer a sua gestão (ações para o alcance da visão e o cumprimento da missão). Para o período 2020-2031, o método escolhido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária foi o “*Balanced Scorecard*” - BSC, conforme orientação da Secretaria de Gestão e Inovação - SEGES do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI.

O “*Balanced Scorecard*” é um método de gestão da estratégia, criado por Robert Kaplan e David Norton, utilizado por grandes organizações ao redor do mundo para executar suas estratégias. É composto fundamentalmente por quatro elementos: objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas estratégicas. Esses quatro elementos e suas respectivas descrições, fórmulas e informações complementares formam o Plano Estratégico.

A formulação da estratégia consiste na elaboração de um plano, partindo da análise da situação atual da organização, considerando a influência dos cenários. O BSC se baseia no estabelecimento e monitoramento contínuo de resultados, que mudam com o contexto organizacional e a dinâmica da sociedade. Opõe-se à gestão burocrática, que evidencia a estrutura de poder e os sistemas de controle, enquanto a gestão por resultados busca a integração de objetivos institucionais ao dia a dia das pessoas na organização.

O Mapa Estratégico é também, essencialmente, uma ferramenta de comunicação. Por reunir em um único ambiente visual a missão, os valores, a visão e os objetivos estratégicos, o mapa expressa, de forma sintética e gráfica, a estratégia da organização. É nesse contexto que se enquadra este documento. Nele serão tratados os referenciais estratégicos (missão, valores e visão), bem como a estratégia de atuação para os próximos anos.

6. Missão

A Missão do Mapa, ou seja, a sua razão de ser enquanto organização, é a seguinte:

“Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.”

Os termos da Missão (Cadeia Produtiva Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável) têm os seus respectivos significados, a saber:

Cadeia Produtiva Agropecuária

É a soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Desenvolvimento Sustentável

É o processo de transformação que permite às cadeias produtivas agropecuárias evoluir econômica, social e politicamente, com respeito ao meio ambiente, satisfazendo as aspirações e as necessidades das gerações atuais e futuras.

7. Visão de Futuro

A Visão de Futuro deve espelhar o que a organização quer ser e como ela quer ser vista em uma data futura. Deve ser ambiciosa, mas factível e compartilhada. A Visão de Futuro do Mapa para o ano de 2031 é:

“Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.”



8. Valores

São entendimentos e expectativas que descrevem como se espera que os servidores da organização se comportem e sobre os quais todas as relações e decisões organizacionais estão baseadas. Esses valores foram construídos a partir de oficinas realizadas com a presença dos servidores do Mapa.

Para a institucionalização da estratégia e consequente cumprimento da sua missão, os valores pertencentes à cultura do Mapa terão papel preponderante e serão enfatizados. Os valores organizacionais do Mapa são:

Comprometimento

Comprometimento com a consecução dos objetivos da organização, em sintonia com a Missão, a Visão de Futuro e os Valores Organizacionais estabelecidos.

Ética

Comprometimento com a honestidade e a conduta ética, com a consequente valorização do ser humano. Todos os grupos da sociedade são tratados com atenção.

Transparência

Comunicação à sociedade a respeito das ações, resultados e a aplicação de recursos públicos de forma acessível, frequente e transparente.

Excelência

Cultura de melhoria contínua dos resultados da instituição.

Responsabilidade

Dever de assumir compromissos e resultados de qualidade perante os públicos de interesse.

Foco dos Públicos-alvo

Atendimento às especificações das demandas dos públicos-alvo, desde que promovam o desenvolvimento sustentável e a competitividade da agropecuária em benefício da sociedade brasileira.

Antecipação prospectiva das demandas e necessidades que se colocam à organização nos seus diversos níveis, desde o corporativo até o individual.

Proatividade

Antecipação prospectiva das demandas e necessidades que se colocam à organização nos seus diversos níveis, desde o corporativo até o individual.

Integração

Atuação organizacional integrada e transversal, envolvendo, de forma comprometida, as diversas unidades administrativas e indivíduos.

9. Públicos de Interesse

Visando aumentar a efetividade no relacionamento e na prestação de serviços para a sociedade, a Visão de Futuro foi segmentada por públicos de interesse, aqui entendidos como grupos de instituições e setores da sociedade que mantêm relacionamento com o Mapa.

Os principais públicos de interesse são:

Poder Executivo

Contempla o poder executivo da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Sociedade em Geral

Abrange consumidores, entidades nacionais do setor produtivo (CNI, CNT, Fiesp etc.), ONGs, mídia, movimentos sociais organizados, entre outros.

Cadeias Produtivas Agropecuárias

Engloba produtores rurais, entidades de classe, cooperativas, federações de agricultura, sindicatos etc.

Relações Internacionais

Contempla organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Organização Mundial de Saúde Animal - OMSA, FAO, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA etc.), importadores, exportadores, ministérios da agricultura de outros países (ou congêneres), embaixadas e representações diplomáticas em geral, entre outros.

Poder Legislativo

Abrange Comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, outras comissões de interesse do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas etc.



10. Alinhamento com as estratégias do Governo

O Plano Estratégico do Mapa - PE-Mapa 2020-2031 está alinhado com importantes instrumentos de planejamento do Governo Federal, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031, instituída pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, e o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, instituído pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. O PE-Mapa 2020-2031 e a EFD 2020-2031 possuem o mesmo horizonte temporal.

O alinhamento com tais instrumentos demonstra o comprometimento do Ministério em apoiar a superação dos desafios que se apresentam ao país no curto, médio e longo prazo.

A EFD 2020-2031 foi inspirada no texto-base aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança em 16 de janeiro de 2020. O objetivo da EFD 2020-2031 é definir a visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A diretriz principal da EFD 2020-2031 é: “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”. A partir dessa diretriz, a

EFD 2020-2031 é estruturada em cinco eixos: (a) Econômico; (b) Institucional; (c) Infraestrutura; (d) Ambiental; e (e) Social. Em cada eixo, são detalhados indicadores, metas, desafios e orientações gerais para o enfrentamento dos desafios.

A diretriz geral de cada eixo é apresentada a seguir:

a) Eixo Econômico

Alcançar o crescimento econômico sustentado e a geração de empregos, com foco no ganho de produtividade, na eficiência alocativa e na recuperação do equilíbrio fiscal.

b) Eixo Institucional

Aprimorar a governança pública, com foco na entrega efetiva de serviços ao cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais.

c) Eixo Infraestrutura

Fomentar o desenvolvimento da infraestrutura, com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional.

d) Eixo Ambiental

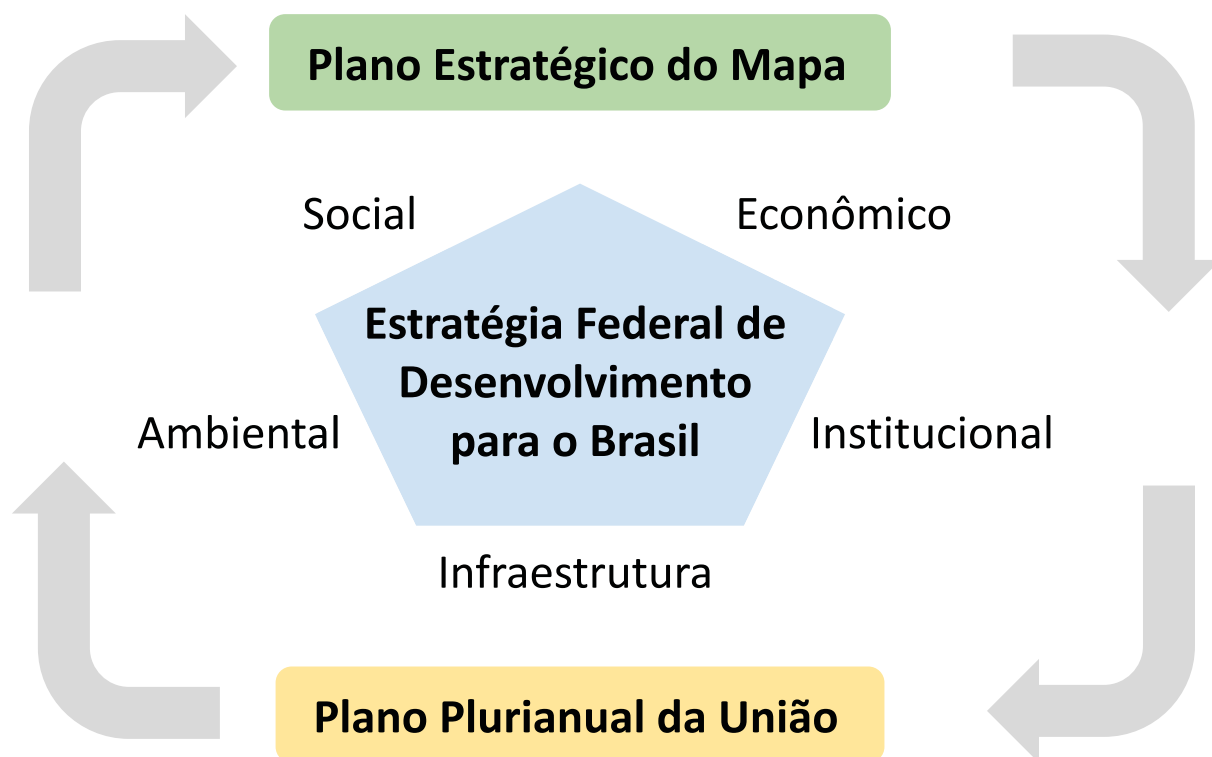


Figura 1 - Eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil - EFD 2020-2031

Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social.

e) Eixo Social

Promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo eleito expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. Neste sentido, o PPA 2024-2027 está em sintonia com a EFD 2020-2031.. Destaca-se que a Lei que instituiu o PPA 2024-2027 solicitou que os órgãos e as entidades da administração pública federal elaborassem seu planejamento estratégico institucional de forma alinhada ao PPA e aos demais instrumentos de planejamento governamental.

O PPA 2024-2027 apresenta três programas sob a responsabilidade do Mapa, aos quais o Plano Estratégico está coerentemente alinhado:

- **Programa Agropecuária Sustentável - 1144**

Objetivo - Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

- **Programa Defesa Agropecuária - 2302**

Objetivo - Assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.

- **Programa Pesquisa e Inovação Agropecuária - 2303**

Objetivo - Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.



11. Mapa Estratégico

Para realizar a Visão de Futuro até 2031 e em consonância com a Missão e os Programas do PPA, aliada às tendências globais e da agropecuária e seus impactos no Ministério e às demandas de seus públicos de interesse, foi elaborada uma estratégia institucional que indica claramente qual o caminho a ser trilhado - e quais os grandes desafios que terão de ser enfrentados. Ela foi sintetizada em um Mapa Estratégico, que é uma representação gráfica do conjunto de Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão.

De acordo com a lógica adotada pelo método “*Balanced Scorecard*”, os objetivos estratégicos são organizados em perspectivas e apresentam uma relação de causa e efeito entre eles; ou seja, para o alcance dos resultados a serem entregues para a sociedade, é preciso concentrar esforços nos objetivos das perspectivas representadas na base do Mapa Estratégico. Essencialmente a estratégia é implementada pela execução das iniciativas estratégicas que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos indicados no Mapa Estratégico, assim como contribuem para a consecução das metas associadas aos indicadores de desempenho.

Os desafios estratégicos (ou objetivos) são estruturados nas seguintes perspectivas:

a) Perspectiva de Resultados para a Sociedade

O alcance dos objetivos desta perspectiva acontece a partir da superação dos desafios traduzidos nas demais perspectivas, portanto são considerados “consequência” ou “efeitos”, atingidos a partir do sucesso das ações e iniciativas relacionadas aos objetivos das outras perspectivas. Representam a contribuição da instituição para a sociedade.

b) Perspectiva de Resultados para o Público-alvo

Agrupa as grandes entregas da organização para os seus públicos-alvo. Ou seja, considerando as necessidades desses públicos, os objetivos estratégicos representam o que é gerado como resultado para os “clientes” diretos do Mapa.

c) Perspectiva de Processos Internos

Esta perspectiva aponta para os desafios afetos às atividades institucionais, ou seja, à sua cadeia de valor. São destacados objetivos para as funções em que a organização precisa ter excelência, considerando o cenário externo enfrentado e suas prioridades políticas e técnicas.

d) Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizado

Reúne os desafios internos da organização relacionados aos recursos humanos, às infraestruturas física e tecnológica e ao orçamento.

Mapa Estratégico 2020-2031

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

Missão | Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira

Visão | Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias

:: Resultados para a Sociedade

OE01 | Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

OE02 | Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior

OE03 | Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

:: Resultados para o Público-alvo

OE 04 | Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

OE05 | Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário

OE06 | Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

OE07 | Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

:: Processos Internos

OE08 | Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

OE09 | Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Conhecimento e Inovação

OE13 | Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

OE14 | Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Comunicação e Articulação

OE10 | Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

OE11 | Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

OE12 | Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Apoio à Agropecuária

OE15 | Modelar, aprimorar e automatizar processos de negócio

Qualidade e agilidade administrativas

:: Infraestrutura e Aprendizagem

OE 16 | Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

OE17 | Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

OE18 | Promover a inovação e a transformação digital

OE19 | Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Valores | Comprometimento, Ética, Transparência, Excelência, Responsabilidade, Foco dos Públicos-alvo, Proatividade, Integração

Resultados para a Sociedade

OE01 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

Descrição do Objetivo: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo também para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

OE02 – Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior

Descrição do Objetivo: garantir a segurança dos alimentos e de outros produtos de origem agropecuária, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças.

OE03 – Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

Descrição do Objetivo: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

Resultados para o Público-Alvo

OE04 – Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

Descrição do Objetivo: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais.

OE05 – Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário

Descrição do Objetivo: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços), estimular a adoção de novas tecnologias e apoiar projetos e fomento para a modernização do setor agropecuário (mecanização agrícola, recuperação e ampliação de estradas vicinais, hortas comunitárias, energias fotovoltaicas, insumos, promoção de capacitação, de eventos e obras de engenharia).

OE06 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Descrição do Objetivo: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

OE07 – Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

Descrição do Objetivo: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Processos Internos

OE08 – Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

Descrição do Objetivo: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo Mapa, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

OE09 – Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Descrição do Objetivo: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

OE10 – Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

Descrição do Objetivo: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários.

OE11 – Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

Descrição do Objetivo: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

OE12 – Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Descrição do Objetivo: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

OE13 – Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

Descrição do Objetivo: ampliar a percepção positiva do Mapa com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

OE14 – Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Descrição do Objetivo: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

OE15 – Modelar, aprimorar e automatizar processos de negócio

Descrição do Objetivo: modelar, aprimorar e automatizar processos, com vistas a disseminar a cultura de gestão de processos e promover a transformação digital do Mapa, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

Infraestrutura e Aprendizagem

OE16 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Descrição do Objetivo: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

OE17 – Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

Descrição do Objetivo: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

OE18 – Promover a inovação e a transformação digital

Descrição do Objetivo: promover a inovação e a transformação digital no âmbito do Mapa por meio da implementação de soluções tecnológicas que modernizem processos, melhorem a eficiência operacional e potencializem o valor do negócio.

OE19 – Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Descrição do Objetivo: criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas, tendo em vista o cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado.

12. Indicadores de Desempenho

Os Indicadores de Desempenho são a maneira de mensurar a consecução dos objetivos estratégicos. São utilizados para fazer o seu acompanhamento e informar (indicar) a evolução do que está sendo observado.

A mensuração da evolução de um objetivo estratégico pode ser feita por mais de um indicador, para que seja possível medir diferentes aspectos do objetivo em questão.

Assim como a estratégia, os indicadores de desempenho podem ser repensados ao longo de toda a execução do

Plano Estratégico, passando por melhorias para que sua mensuração seja cada vez mais precisa e funcional. Para os atuais 19 objetivos estratégicos definidos para o Mapa, foram desenvolvidos 36 indicadores de desempenho no total.

Alguns desses indicadores têm ligação direta com indicadores do PPA 2024-2027, demonstrando a relação direta do PE-Mapa 2020-2031 com as diretrizes do Governo Federal e sua estratégia.

Resultados para a Sociedade

OE01 | Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

IND01.1 Variação do PIB do agronegócio	Finalidade do Indicador O desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial, englobando todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.	Responsável SPA Secretaria de Política Agrícola
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 3,0% / 2027 = 3,0% / 2031 = 3,5%	Unidade Percentual

OE02 | Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior

IND02.1 Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal	Finalidade do Indicador Averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 81% / 2027 = 81% / 2031 = 81%	Unidade Percentual
IND02.2 Porcentagem de suspeitas de doenças dos animais atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar	Finalidade do Indicador Reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 88,5% / 2027 = 95% / 2031 = 95%	Unidade Percentual

OE03 | Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

IND03.1 Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários	Finalidade do Indicador Avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.	Responsável SCRI Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 7% / 2027 = 8% / 2031 = 8%	Unidade Percentual

Resultados para o Público-Alvo

OE04 | Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

IND04.1 Número de municípios que utilizam crédito oficial ABC+ para adoção dos sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis - SPSabc	Finalidade do Indicador O indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do ABC+ (plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária 2020-2030) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR.	Responsável SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 3.170 / 2027 = 3.433 / 2031 = 3.716	Unidade Número

IND04.2 Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis	Finalidade do Indicador Quantificar usuários/propriedades rurais solicitantes de qualificação socioambiental do estabelecimento rural no âmbito da Plataforma AgroBrasil + Sustentável.	Responsável SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 20.000	Unidade Número

IND04.3 Índice de áreas em Sistemas Agroflorestais - SAFs no Bioma Amazônia	Finalidade do Indicador Apurar o índice de áreas implantadas em Sistemas Agroflorestais - SAFs com cacauzeiros na Região Amazônica.	Responsável Ceplac/SDR Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 63% / 2027 = 75% / 2031 = 87%	Unidade Percentual

IND04.4 Taxa de abate de bovinos com até 24 meses em relação ao ano-base (2020)	Finalidade do Indicador O indicador expressa a variação relativa do número de bovinos abatidos com até 24 meses de idade em comparação ao ano-base de 2020. Mede o progresso da eficiência da pecuária de corte. Reduzir a idade ao abate significa reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa/kg de carne produzido. Está também é uma meta do Plano ABC+.	Responsável SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
Periodicidade Anual	Metas 2025: 1,1 / 2026: 1,1	Unidade Taxa

OE05 | Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário

IND05.1 Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade	Finalidade do Indicador Prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2022 (valor base).	Responsável Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 10% / 2031 = 10%	Unidade Percentual

IND05.2 Índice de estações meteorológicas operantes	Finalidade do Indicador Acompanhar o percentual de estações meteorológicas efetivamente operantes, cujos dados produzidos são a base para o monitoramento e a previsão de tempo e a emissão de avisos meteorológicos de tempo severo, contribuindo para aprimorar o conhecimento das condições meteorológicas por parte do setor agropecuário e da sociedade em geral.	Responsável Inmet Instituto Nacional de Meteorologia
Periodicidade Mensal	Metas 2023 = 70% / 2027 = 80% / 2031 = 85%	Unidade Percentual

OE06 | Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

IND06.1 Abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros	Finalidade do Indicador Avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.	Responsável SCRI Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 40 / 2027 = 40 / 2031 = 40	Unidade Número

OE07 | Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

IND07.1 Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas	Finalidade do Indicador Avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 6,21% / 2027 = 4,35% / 2031 = 2,50%	Unidade Percentual

IND07.2 Número de cultivares protegidas e espécies passíveis de proteção	Finalidade do Indicador O incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 3.347 / 2027 = 3.803 / 2031 = 4.260	Unidade Número

IND07.3 Quantidade de produtos com valor agregado adicional	Finalidade do Indicador . Quantificar produtos e/ou cadeias produtivas a que foram concedidos signos distintivos visando à agregação de valor.	Responsável SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
Periodicidade .Anual	Metas 2027 = 30.000	Unidade Número

Processos Internos

OE08 | Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

IND08.1 Taxa de implementação do Observatório da Agropecuária Brasileira	Finalidade do Indicador Medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório da Agropecuária Brasileira.	Responsável AEST Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos
Periodicidade Trimestral	Metas 2021 = 100%	Unidade Percentual

OE09 | Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

IND09.1 Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano	Finalidade do Indicador Monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.	Responsável Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 1.550 / 2027 = 1.475 / 2031 = 1.475	Unidade Número

IND09.2 Número de tecnologias e bases de conhecimento com potencial negocial qualificados pela Embrapa no ano	Finalidade do Indicador Monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.	Responsável Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 690 / 2027 = 650 / 2031 = 650	Unidade Número

IND09.3 Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária	Finalidade do Indicador Medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos, projetos, pesquisas, desenvolvimento e ações de inovação do setor agropecuário.	Responsável SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
Periodicidade Anual	Metas 2023 = R\$ 120 mi / 2027 = R\$ 122 mi / 2031 = R\$ 124 mi	Unidade Reais

IND09.4 Número de tecnologias disponibilizadas ao setor produtivo pela Embrapa no ano	Finalidade do Indicador Monitorar a quantidade de tecnologias disponibilizadas ao setor produtivo pela Embrapa anualmente.	Responsável Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2025 = 35 / 2027 = 35 / 2031 = 35	Unidade Número

OE10 | Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

IND10.1 Percentual de empresas fiscalizadas com base em análise de risco conforme programação anual	Finalidade do Indicador Realizar fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos pecuários e afins baseada em risco.	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 60% / 2031 = 65%	Unidade Percentual
IND10.2 Percentual de amostras analisadas dentro do prazo previsto	Finalidade do Indicador Monitorar o cumprimento do prazo para processamento de amostras na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, de forma a acompanhar o atendimento tempestivo das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas dentro do prazo previsto.	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Trimestral	Metas 2023 = 80% / 2027 = 90% / 2031 = 92%	Unidade Percentual

OE11 | Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

IND11.1 Reconhecimento de Programas Sustentáveis das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Finalidade do Indicador Medir o esforço do Mapa em prover o reconhecimento de novos programas com os requisitos mínimos necessários ao enquadramento da ação como promotora das Boas Práticas Agropecuárias.	Responsável SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 21/ 2031 = 37	Unidade Número

OE12 | Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

IND12.1 Percentual do Plano Safra da Agricultura Empresarial Anunciado Executado	Finalidade do Indicador Garantir que o Plano Safra da Agricultura Empresarial seja executado a contento - execução em percentual do programado.	Responsável SPA Secretaria de Política Agrícola
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 80% / 2031 = 80%	Unidade Percentual
IND12.2 Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR	Finalidade do Indicador Indicar o quanto o Mapa estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.	Responsável SPA Secretaria de Política Agrícola
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 7,84% / 2027 = 5,78% / 2031 = 5,54%	Unidade Percentual

OE13 | Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

IND13.1 Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa	Finalidade do Indicador Medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.	Responsável AECS Assessoria Especial de Comunicação Social
Periodicidade Trimestral	Metas 2023 = 92% / 2027 = 78% / 2031 = 82%	Unidade Percentual

IND13.2 Crescimento do número de perfis ativos do Mapa nas redes sociais	Finalidade do Indicador Mensurar o crescimento da expressividade das páginas das redes sociais do Mapa a partir da quantidade de público.	Responsável AECS Assessoria Especial de Comunicação Social
Periodicidade Semestral	Metas 2023 = 647.126 / 2027 = 778.745 / 2031 = 910.364	Unidade Número

OE14 | Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

IND14.1 Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional	Finalidade do Indicador Avaliar a atuação do Mapa na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.	Responsável AEAPF Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 60% / 2027 = 60% / 2031 = 60%	Unidade Percentual

IND14.2 Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas	Finalidade do Indicador medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.	Responsável SPA Secretaria de Política Agrícola
Periodicidade Trimestral	Metas 2023 = 75% / 2027 = 90% / 2031 = 95%	Unidade Percentual

IND14.3 Taxa de participação do Mapa na elaboração de regras internacionais	Finalidade do Indicador A participação proativa do Mapa em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e bi regionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.	Responsável SCRI Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 0,72 / 2027 = 0,84 / 2031 = 0,96	Unidade Fração

OE15 | Modelar, aprimorar e automatizar processos de negócio

IND15.1 Percentual de ações entregues alinhadas ao Plano de Transformação Digital (PTD)	Finalidade do Indicador Medir o resultado da Transformação Digital no Mapa com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2025 = 70% / 2031 = 100%	Unidade Percentual

IND15.2 Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários	Finalidade do Indicador Verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.	Responsável SDA Secretaria de Defesa Agropecuária
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 74 / 2027 = 70 / 2031 = 70	Unidade Dias

Infraestrutura e Aprendizagem

OE16 | Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

IND16.1 Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento profissional	Finalidade do Indicador Monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 43% / 2027 = 30% / 2031 = 34%	Unidade Percentual

IND16.2 Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	Finalidade do Indicador Monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2023=40% / 2027 = 17% / 2031 = 22%	Unidade Percentual

OE17 | Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

IND17.1 Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais	Finalidade do Indicador Mensurar a quantidade de intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 68 / 2031 = 74	Unidade Número

IND17.2 Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional	Finalidade do Indicador Mensurar a quantidade de ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2027 = 29 / 2031 = 37	Unidade Número

OE18 | Promover a inovação e a transformação digital

IND18.1 Índice de Capacidade de Entrega de TIC	Finalidade do Indicador Mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 60% / 2027 = 80% / 2031 = 100%	Unidade Percentual

OE19 | Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

IND19.1 Índice de execução orçamentária e financeira	Finalidade do Indicador Medir a execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias do MAPA, excluídas as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento, no intuito de mensurar o esforço despendido pelo órgão para executar seu orçamento e as atividades que planejou para cada exercício financeiro com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.	Responsável SE Secretaria-Executiva
Periodicidade Anual	Metas 2023 = 85% / 2027 = 85% / 2031 = 85%	Unidade Percentual

13. Iniciativas Estratégicas

O Mapa trabalha com diferentes tipos de Iniciativas Estratégicas - IEs que apoiam a execução do seu Plano Estratégico 2020-2031. São elas que gerarão os resultados que contribuirão para a consecução dos Objetivos Estratégicos - OEs e, consequentemente, impactarão as metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho.

Há Iniciativas com maior ou menor grau de agregação de atividades, sendo algumas relacionadas a programas e outras a ações mais específicas. De forma geral, as Iniciativas Estratégicas estão associadas com prioridades do Ministério e de seus dirigentes e representam grandes ações de intervenção que têm por finalidade garantir que o Mapa migre da situação atual para a situação desejada em 2031, explicitada pela Visão de Futuro.

As Iniciativas focadas nas áreas finalísticas do Ministério contribuem predominantemente para a consecução dos Objetivos Estratégicos das duas perspectivas superiores do Mapa Estratégico: (a) Resultados para a Sociedade; e (b) Resultados para o Público Alvo. Por sua vez, aquelas associadas a temas internos do Ministério tendem a contribuir mais para os Objetivos Estratégicos das duas perspectivas da parte de baixo do Mapa Estratégico: (c) Processos Internos; e (d) Infraestrutura e Aprendizagem.

A lista de Iniciativas Estratégicas é apresentada abaixo:

1. Plano Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas - PNF;
2. Recuperação e Ampliação das Estradas Vicinais;
3. Sustentabilidade Mapa;
4. Plataforma SDA Digital;
5. Programa Brasileiro de Certificação da Qualidade do Algodão - PBCQA;
6. Integração de Serviços de Inspeção Municipais ao SISBI-POA para ampliar a oferta de alimentos seguros - ConSIM;
7. Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro;
8. Plano de fortalecimento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;
9. Plano para ampliação do financiamento a sistemas produtivos mais sustentáveis, simplificação das linhas de crédito e otimização da alocação de recursos - Agronegócio mais sustentável;

10. Implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+;
11. Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável;
12. Plano Inova Cacau 2030;
13. Plataforma Brasil + Sustentável;
14. Projeto Rural + Conectado; e
15. Imagem do Agronegócio Brasileiro - True Agro Brasil.

Relação entre Iniciativas Estratégicas e Objetivos Estratégicos

Na lista de relacionamentos entre Iniciativas Estratégicas e Objetivos Estratégicos apresentada abaixo, é importante frisar, que como uma Iniciativa Estratégica pode impactar vários Objetivos Estratégicos, são apresentados os OEs mais diretamente impactados pelos resultados gerados pela IE.

De forma geral, as Iniciativas Estratégicas selecionadas concorrem para execução de diferentes Objetivos Estratégicos, em particular os da perspectiva Resultados para Sociedade, que são influenciados pelos Objetivos Estratégicos das demais perspectivas.

1. Plano Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas - PNF

Objetivos Estratégicos: 01, 03, 05, 08, 14

2. Recuperação e Ampliação das Estradas Vicinais

Objetivos Estratégicos: 01, 03, 04

3. Sustentabilidade Mapa

Objetivos Estratégicos: 01, 17, 18

4. Plataforma SDA Digital

Objetivos Estratégicos: 05, 08, 10, 12

5. Programa Brasileiro de Certificação da Qualidade do Algodão - PBCQA

Objetivos Estratégicos: 02, 03, 13

6. Integração de Serviços de Inspeção Municipais ao SISBI-POA para ampliar a oferta de alimentos seguros - ConSIM

Objetivos Estratégicos: 02, 03, 06, 07, 10, 11, 14

7. Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro



Objetivos Estratégicos: 04, 05, 09, 12, 13, 15, 18

8. Plano de fortalecimento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé

Objetivos Estratégicos: 09, 12, 13, 15

9. Plano para ampliação do financiamento a sistemas produtivos mais sustentáveis, simplificação das linhas de crédito e otimização da alocação de recursos - Agronegócio mais sustentável

Objetivos Estratégicos: 01, 04, 12, 13

10. Implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+

Objetivos Estratégicos: 01, 03, 04, 05, 07, 09, 13

11. Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável

Objetivos Estratégicos: 01, 11, 13

12. Plano Inova Cacau 2030

Objetivos Estratégicos: 03, 04, 07, 09, 13, 16

13. Plataforma Brasil + Sustentável

Objetivos Estratégicos: 04, 05, 06, 11, 13

14. Projeto Rural + Conectado

Objetivos Estratégicos: 05

15. Imagem do Agronegócio Brasileiro - True Agro Brasil

Objetivos Estratégicos: 13, 14

1. Plano Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas - PNF

Objetivo:

Geral: Contribuir para o aumento da produção e o consumo nacional de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas, ampliando os mercados fornecedores (diplomacia de fertilizantes), atraindo investimentos nacionais e internacionais, criando um centro de excelência em fertilizantes e nutrição de plantas, disponibilizando novas tecnologias, melhorando o desempenho agroambiental dos sistemas de produção agropecuária e fortalecendo a competitividade da agroindústria nacional e regional no Mercosul.

Específicos:

- a) a) Envidar esforços para garantir o aumento da produção nacional e regional (Mercosul) de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil, com priorização da integração e da viabilização de polos agroindustriais e logísticos;
- b) b) Realizar ações para a atração de investimentos estrangeiros visando oferta de fertilizantes a preços competitivos e para investimentos em novas unidades produtivas (fábricas) de fertilizantes e insumos para a

nutrição de plantas, infraestrutura de armazenamento e distribuição e desenvolvimento tecnológico no Brasil;

- c) Promover o aumento da participação de tecnologias e do conhecimento “tropical” na cadeia de produção, distribuição e uso de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil e países da região do Mercosul;
- d) Promover o aumento da eficiência do uso de fertilizantes com ênfase na importância do manejo sustentável dos solos e na otimização da produtividade no campo; e
- e) garantir o acesso ao conhecimento e tecnologias para a recuperação de solos em áreas de conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuária e florestal sustentáveis, com ênfase em boas práticas de utilização de fertilizantes e na adoção de tecnologias em bioinsumos, novos fertilizantes fontes de fósforo e potássio e fertilizantes de base orgânica.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado: O principal impacto é a diminuição da dependência externa e tecnológica em fertilizantes do Brasil, por meio da garantia da oferta de fertilizantes ao agricultor brasileiro, tanto pela diversificação de fornecedores internacionais quanto pelo estímulo à indústria nacional. Espera-se redução da dependência por fertilizantes nitrogenados de 93% em 2022 para 50% em 2030, condicionado à conclusão das obras das plantas de fertilizantes estimuladas pelo CONFERT – Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas, por meio de ações lideradas pelo MAPA, e à operação das unidades em máxima capacidade instalada. Espera-se também um aumento da oferta regional de fertilizantes potássicos através da finalização de projetos industriais em Autazes/AM, Yunes e Coipasa/Bolívia e Mendonça e Neuquém/Argentina, países que tem acordos bilaterais com o Brasil no tema, criados pela atual gestão do MAPA e do governo federal.

A realização das atividades do acordo MAPA – Petrobras S/A impactou na decisão estratégica da empresa de reativar/modernizar 3 unidades produtivas (fábricas) de fertilizantes que estavam “hibernadas” no Brasil, as quais produzirão novamente cerca de 35% da demanda de fertilizantes nitrogenados do Brasil, reduzindo, em média em 10-15% a dependência nacional de fertilizantes, que diminuirá de quase 90% para aproximadamente 75% a partir de 2026.

A aprovação dos projetos de lei apoiados pelo MAPA, como o PL 699/2023 – PROFERT, resultará na diminuição dos

custos de investimentos em novas unidades produtivas (fábricas) de fertilizantes em, pelo menos, 20% (Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT) e garantirá a competitividade da indústria nacional de fertilizantes nitrogenados e a atratividade dos investimentos no Brasil. Igualmente relevante é o Projeto de Lei 4338/23 que cria o Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia (Pefau) com o objetivo de reduzir o preço do gás natural para a fabricação de amônia e ureia, assegurando a segurança do abastecimento desses insumos para o setor agrícola e agropecuário no País. Adicionalmente, o MAPA participou ativamente da elaboração do Programa Gás para Empregar - O programa do governo federal voltado para a geração de empregos e investimentos no setor de gás natural é o “Gás para Empregar”, formalizado em agosto de 2024 pelo Decreto nº 12.153/2024, assegurando que a destinação do Gás Natural para a produção de fertilizantes é fundamental para o alcance das metas de descarbonização da economia e para garantir a segurança alimentar do Brasil.

A execução da Caravana Embrapa FertBrasil resultou, em sua primeira fase, na capacitação e no treinamento de produtores rurais, empresários, revendedores e consultores técnicos cujo desenvolvimento e adoção de tecnologias em fertilizantes pela agroindústria e pelos produtores rurais proporcionarão economia “dentro da porteira” de, pelo menos, um bilhão de dólares ao ano, decorrente do aumento da eficiência de uso dos fertilizantes e adoção de novas tecnologias no campo brasileiro. Projeta-se até 2026 a realização da Caravana Embrapa FertBrasil II – voltada para a agricultura e pecuária familiar.

A criação do Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas em outubro de 2025 trará para o Brasil um ecossistema em rede e um novo equipamento público-privado para tornar o Brasil um líder mundial em inovação e negócios no setor até 2030, prospectando investimentos de um mercado de aproximadamente 80 bilhões de dólares. No CEFENP será criado até 2026 o Sistema Nacional de Inteligência em Fertilizantes que melhorará o ambiente de negócios para atração de investimentos no Brasil pelo aumento da consistência dos projetos de produção e distribuição de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil e região Mercosul, considerando a ausência de dados e informações oficiais, bem como cenários futuros detalhados do mercado brasileiro, da demanda tecnológica e da competitividade da cadeia de fertilizantes no Brasil. Isso aumentará a competitividade da agroindústria de insumos agropecuários no Brasil, com consequente aprimoramento da

participação do MAPA na governança do setor agroindustrial do Brasil e Mercosul.

O CEFENP é liderado pelo MAPA, junto ao CONFERT em parceria com o setor privado, e será no formato de uma associação privada de interesse público, a ser qualificada pelo Governo Federal, sob a liderança do MAPA, como uma organização social (OS).

O lançamento oficial do CEFENP durante a COP em Belém está garantido, e a expectativa é que este evento consolide o Brasil como referência mundial em inovação sustentável para fertilizantes e nutrição de plantas, apresentando à comunidade internacional um modelo pioneiro de centro de excelência em tecnologias verdes aplicadas ao setor agrícola. Esta exposição global durante o principal evento climático mundial deverá permitir atrair investimentos internacionais, estabelecer parcerias estratégicas com centros de pesquisa globais e demonstrar concretamente o compromisso brasileiro com a transição para uma agricultura de baixo carbono, posicionando o CEFENP como plataforma de cooperação técnica internacional e fortalecendo a liderança brasileira em soluções inovadoras para a segurança alimentar e sustentabilidade agrícola mundial..

2. Recuperação e Ampliação das Estradas Vicinais

Objetivo: melhorar a malha de estradas vicinais viabilizando:

- crescimento e desenvolvimento econômico, pela redução de custos e tempo de deslocamento no transporte da produção agropecuária;
- incremento no desenvolvimento social das áreas rurais por meio da melhoria de acesso ao meio urbano para serviços de educação, saúde e demais serviços públicos;
- aumento na sustentabilidade ambiental pela preservação do solo e da água, com o uso de técnicas corretas de construção e manutenção destas vias;
- escoamento da produção agrícola e recebimento de insumos, visto que existem áreas produtivas localizadas em pontos de difícil acesso;
- abastecimento do comércio local de forma regular e melhorando a empregabilidade e economia local; e
- favorecimento da consorciação de lavouras por meio do recebimento e da entrega dos produtos com maior celeridade e em melhores condições.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- facilitação da locomoção e do bem-estar das pessoas e famílias residentes em áreas produtivas aos serviços de educação, saúde e demais serviços públicos;
- aumento da mobilidade e da velocidade média de escoamento da produção agrossilvopastoril das propriedades até os sistemas viários de maior hierarquia



(estradas coletoras e arteriais) e os entrepostos de armazenagem ou processamento;

- aumento da produtividade no transporte com veículos maiores, menos poluentes, e redução de custos de manutenção do material rodante;
- redução do Índice de Vulnerabilidade de Transporte IVT (CNA); e
- aumento da economia local por meio da empregabilidade em comércio local e na produção e distribuição dos insumos e matéria-prima.

3. Sustentabilidade Mapa

Objetivo: Implantar e consolidar ações institucionais voltadas à sustentabilidade no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, com foco no uso racional e sustentável dos recursos, na adoção de práticas de economia circular e na disseminação da cultura de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental em todas as unidades do Ministério.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- - Cultura institucional fortalecida de consumo e produção sustentáveis, com servidores e colaboradores atuando como agentes multiplicadores de práticas responsáveis;
- - Adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, incentivando fornecedores e prestadores de serviço a adotarem práticas produtivas menos poluentes e socialmente responsáveis;
- - Redução gradual dos impactos ambientais institucionais, especialmente no consumo de papel, energia, água e na geração de resíduos;
- - Integração das ações de sustentabilidade ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS/MAPA), assegurando acompanhamento, indicadores e metas de melhoria contínua.

4. Plataforma SDA Digital

Objetivo: Implementar uma Plataforma de Serviços Unificada que promova a interoperabilidade e a troca segura de dados entre os diferentes serviços que integram o ecossistema da agricultura e da pecuária brasileiras, em conformidade com a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022 (Lei do Autocontrole).

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva (SE)

Apoio Tecnológico: Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI), responsável por prover as soluções tecnológicas,

arquiteturas de integração e infraestrutura necessárias para o funcionamento, a segurança e a escalabilidade da plataforma, em alinhamento com as diretrizes de Governo Digital e com os padrões de interoperabilidade do MAPA.

Impacto Esperado:

- Ampliação da agregação de valor aos produtos agropecuários, com foco em tecnologia e inovação;
- Aumento da agilidade e da eficiência nos processos de registros, certificações e habilitações de produtos, insumos e estabelecimentos agropecuários, reduzindo riscos sanitários, fitossanitários e de fraude;
- Melhoria do uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, com foco na conservação de recursos naturais e redução de impactos ambientais;
- Otimização e automatização dos processos de trabalho da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA);
- Garantia de rastreabilidade, integridade e segurança dos dados relacionados a estabelecimentos, produtos e produção;
- Celeridade na execução de processos e interoperabilidade entre sistemas legados e novos serviços digitais;
- Adoção de uma arquitetura moderna e flexível, permitindo integrações com sistemas já existentes no MAPA e em outros órgãos públicos;
- Fortalecimento da capacidade analítica e da inteligência de dados, tornando a SDA e o MAPA mais proativos na formulação de políticas públicas baseadas em evidências;
- Redução do tempo e melhoria da experiência do usuário (produtores, empresas e cidadãos) com os serviços digitais do Ministério.

5. Programa Brasileiro de Certificação da Qualidade do Algodão - PBCQA

Objetivo: ampliar a competitividade do algodão brasileiro no comércio internacional por meio de certificação oficial reconhecida internacionalmente.

Objetivos Específicos:

- construir e consolidar credibilidade internacional na avaliação laboratorial de qualidade do algodão brasileiro;
- conquistar benefício aduaneiro de liberação automática de pluma exportada em portos chineses (sem necessidade de amostragem em área de controle aduaneiro); e

- garantir transparência dos parâmetros de qualidade dos fardos de algodão em pluma a serem comercializados aos agentes compradores em período anterior à conclusão de negociações comerciais.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Impacto Esperado:

- - ampliação do PIB agrícola por meio de commodity de maior valor bruto por área de produção;
- aumento do PIB industrial por estímulo à ampliação e instalação de novas usinas de beneficiamento de algodão UBA;
- criação de empregos em todo o sistema de produção agrícola e indústria de beneficiamento de algodão;
- acréscimo de capital de investimento de grupos agrícolas e produtores rurais no agronegócio nacional;
- elevação da reserva cambial do país;
- aumento de market share do algodão brasileiro no mercado asiático, especialmente na China;
- eliminação de deságio do valor do produto exportado pelo Brasil comparativamente à fibra dos Estados Unidos;
- ampliação da produção brasileira de pluma estimulada em razão do aumento de competitividade; e
- ser o país líder em exportação de algodão até 2027.

6. Integração de Serviços de Inspeção Municipais ao SISBI-POA para ampliar a oferta de alimentos seguros - ConSIM

Objetivo: ampliar o número de Municípios integrantes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISB-POA, por meio da adequação e qualificação de Consórcios Públicos de Municípios e dos seus Serviços de Inspeção vinculados, bem como de estabelecimentos registrados.

Objetivos Específicos:

- ampliar o âmbito de comercialização de produtos aos estabelecimentos integrantes do Cadastro geral do SISBI-POA;
- reduzir o risco relacionado à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores; e
- fortalecer a produção de POA, respeitando os conhecimentos tradicionais e especificidades regionais.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Impacto Esperado:

- redução do risco relacionado à identidade e à segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal destinados aos consumidores;
- fortalecimento do sistema de Saúde Animal com qualificação das ações de vigilância para doenças de importância sanitária realizadas nos estabelecimentos de abate registrados nos Serviços de Inspeção Municipal SIM;
- redução do risco de concorrência desleal entre os agentes que atuam no setor, gerada pela realização de inspeção por meio de métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados e de ações de combate à fraude e à clandestinidade;
- ampliação do mercado potencial dos estabelecimentos registrados junto aos SIM;
- estímulo ao investimento e ao crescimento dos estabelecimentos registrados e, por consequência, dos produtores pecuários;
- facilitação da inserção de novos empreendimentos e de regularização dos já existentes, principalmente das agroindústrias familiares de pequeno porte; e
- desenvolvimento socioeconômico local e regional, observando princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais.

7. Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro

Objetivo: Implementar um Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário que consolide iniciativas estratégicas do MAPA, com foco na modernização do seguro rural, no aprimoramento do ZARC e na adoção de práticas inovadoras de monitoramento socioambiental, visando fortalecer a gestão de riscos e promover maior segurança e sustentabilidade ao agronegócio brasileiro.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado: A entrega dos resultados esperados desse projeto terá um impacto significativo na sociedade e no contexto atual do agronegócio brasileiro. As mudanças e melhorias que serão causadas pelos produtos gerados incluem:

- a)** Criação e expansão de modelos de seguro inovadores, com destaque para os seguros paramétricos, ampliando de forma gradual a atuação no mercado (de 1 para 3 seguradoras até 2026).
- b)** Ampliação do número de seguradoras habilitadas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), garantindo maior concorrência e opções para o produtor.
- c)** Implementação do monitoramento socioambiental das áreas seguradas, com uso de bases de dados geoespaciais e análises em tempo real, para fortalecer a conformidade ambiental e a rastreabilidade das apólices.
- d)** Modernização do ZARC, incluindo o desenvolvimento de projeto-piloto do ZARC por Nível de Manejo (soja/Paraná), com potencial de replicação para outras culturas.
- e)** Aprimoramento das ferramentas digitais de gestão e transparência, por meio da modernização do Atlas do Seguro Rural e da expansão dos Dados Abertos, aumentando a acessibilidade e a qualidade da informação ao setor produtivo e ao mercado segurador.
- f)** Integração internacional, com destaque para a realização do Congresso da Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento do Seguro Agropecuário – ALASA, consolidando o protagonismo do Brasil na agenda regional de gestão de riscos.
- g)** Fortalecimento da comunicação institucional, mediante a elaboração e implementação de um plano estratégico de comunicação, com foco em ampliar a compreensão e adesão dos produtores às ferramentas de seguro rural e gestão de riscos.
- h)** Desenvolvimento de mecanismos que fortaleçam a segurança financeira dos produtores, por meio da ampliação e modernização do seguro rural, garantindo maior estabilidade econômica frente a eventos climáticos adversos.
- i)** Aprimoramento da base de dados técnicos utilizada na precificação das apólices, incluindo informações do ZARC, histórico de perdas e monitoramento socioambiental, de forma a apoiar seguradoras na elaboração de cálculos atuariais mais precisos e reduzir distorções de custo.
- j)** Promoção da inovação tecnológica aplicada ao seguro rural e ao ZARC, por meio da digitalização e modernização

de ferramentas como o Atlas do Seguro Rural, bases de dados abertos, painéis dinâmicos e sistemas de monitoramento remoto, ampliando a transparência e a eficiência das informações disponibilizadas ao setor.

- k)** Consolidação da gestão de riscos agropecuários em uma abordagem sistêmica, integrando seguro rural, ZARC, crédito e monitoramento em um plano nacional coerente, fortalecendo o papel do DEGER como coordenador estratégico da política de gestão de riscos.

8. Plano de fortalecimento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé

Objetivo: aumentar/ampliar a aplicação dos recursos do Funcafé, em especial em regiões produtoras de café, direcionando mais recursos para pesquisa e promoção do café, evitando a existência de recursos ociosos no caixa do Fundo ou nos agentes financeiros operadores; promover a integração de sistemas para maior dinamismo no fluxo das informações referentes às operações de crédito realizadas com recursos do Funcafé; e revisar a norma que regulamenta o Fundo.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado:

- a)** maior celeridade na aplicação dos recursos do Funcafé;
- b)** aplicação de toda a disponibilidade financeira do Funcafé;
- c)** continuidade do desenvolvimento das pesquisas geridas pela Embrapa Café por meio do Consórcio Pesquisa Café;
- d)** ampliação na difusão das tecnologias desenvolvidas;
- e)** ampliação do número de técnicos e produtores capacitados;
- f)** contribuição para a promoção da imagem e sustentabilidade dos Cafés do Brasil;
- g)** ampliação no número de beneficiários atendidos com recursos do Funcafé;
- h)** maior transparência e segurança das informações referentes à aplicação dos recursos do Fundo; e
- i)** normativo Funcafé (Decreto nº 94.847/1987) revisado ou novo decreto publicado.

9. Plano para ampliação do financiamento a sistemas produtivos mais sustentáveis, simplificação das linhas de crédito e otimização da alocação de recursos - Agronegócio mais sustentável

Objetivo: fortalecer o apoio creditício à sustentabilidade agropecuária, conferindo previsibilidade aos agentes públicos e privados, e contribuindo para a tomada de decisão dos beneficiários do crédito rural e para a melhoria das condições de financiamento a projetos agropecuários que contemplem sistemas produtivos sustentáveis em sintonia com o Plano ABC+ e as diretrizes da política agrícola.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado: maior visibilidade da sociedade quanto ao comprometimento do Mapa com a sustentabilidade ambiental da agropecuária; fortalecimento e ampliação do alcance da política agrícola no apoio aos produtores rurais e às suas cooperativas de produção; aumento da flexibilidade dos agentes financeiros na alocação de recursos equalizáveis; e normalização da oferta de recursos equalizáveis durante a vigência do Plano Safra.

10. Implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+

Objetivo: promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na agropecuária brasileira, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, a partir de uma gestão integrada da paisagem.

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

Impacto Esperado:

- contribuição para o compromisso brasileiro de neutralidade de emissões até 2060, com a possibilidade de este prazo ser reduzido, segundo o Acordo de Paris, de modo que a temperatura média global não exceda a média atual em 1,5 grau Celsius (estimativa agressiva) ou 2,0 graus Celsius (estimativa conservadora) até o final do século XXI;
- redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos sistemas agropecuários frente às mudanças climáticas;
- contribuição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS da Agenda 2030 e os pactos efetuados no âmbito do Acordo de Paris pelo Brasil.

11. Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável

Objetivo: Impulsionar o desenvolvimento do setor de florestas plantadas no Brasil, focando em estimular a produção, promover a recuperação de áreas degradadas e fortalecer cadeias produtivas, proporcionando reflexos positivos nos aspectos social, econômico e ambiental, bem como na convergência e integração dos Programas, das Políticas e ações existentes no Mapa, suas instituições vinculadas e parceiros, com foco no desenvolvimento florestal.

Área Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

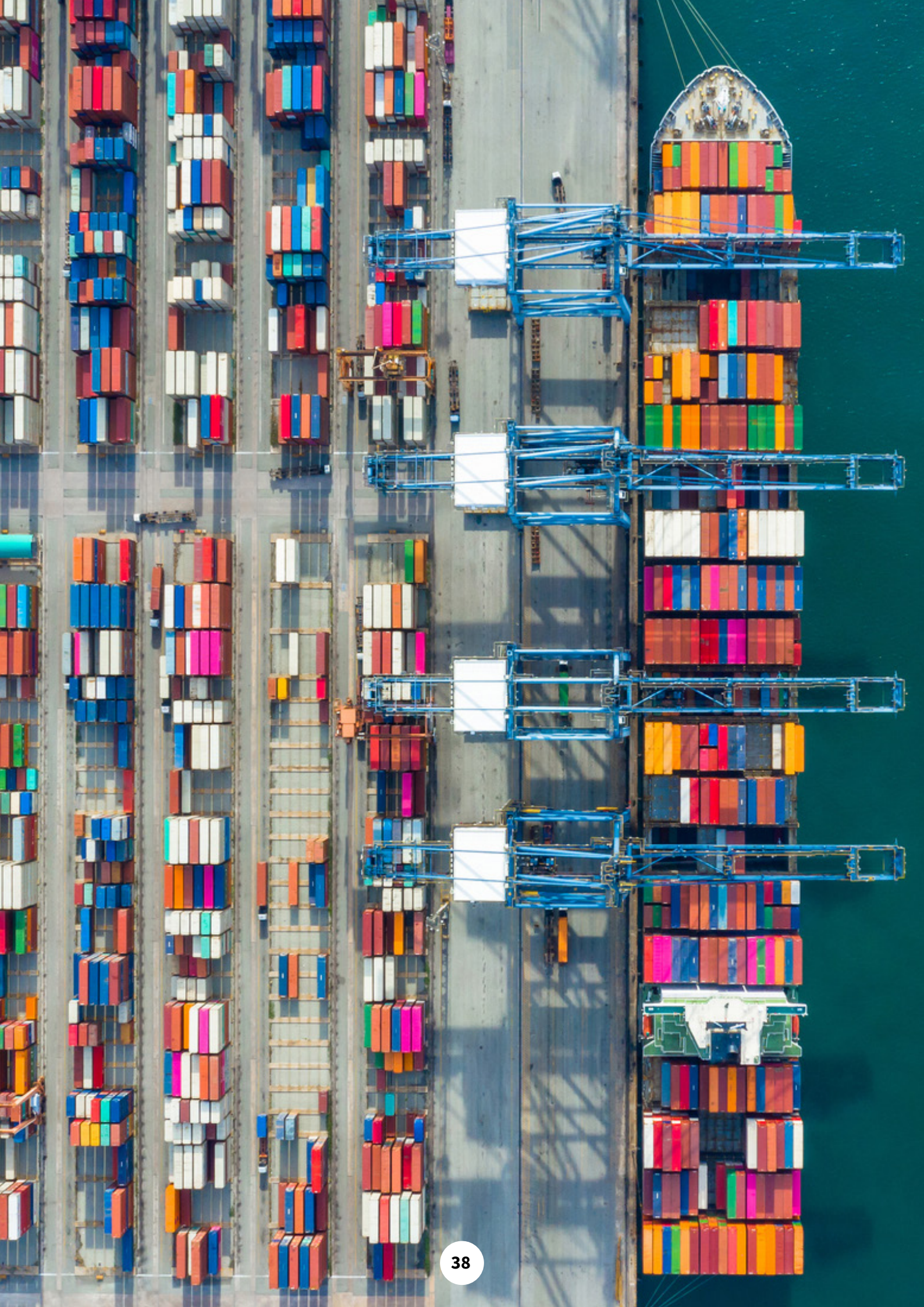
Objetivos Específicos:

- a) apoiar o desenvolvimento florestal por meio de ações de reflorestamento e recomposição florestal;
- b) organizar atividades para o alcance dos objetivos nacionais e ações indicativas do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas e da Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal; e
- c) promover o uso sustentável das florestas, estimulando as cadeias produtivas florestais e promovendo sua estruturação sustentável através do fomento à economia de base florestal em todo o território nacional.

Eixos de Atuação:

- Florestas Plantadas: visa à atualização do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas - PNDF, no que tange a sua meta, Objetivos Nacionais Florestais - ONFs, Atividades Indicativas, além de trazer informações sobre as áreas aptas a receberem plantios comerciais, de acordo com o Decreto nº 8.375/2014;
- Economia Florestal: objetiva estimular as cadeias florestais produtivas, por meio do fortalecimento da produção de mudas, identificação de viveiros, apoio nos plantios e manutenção, colheita e processamento de produtos madeireiros e não madeireiros;
- Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal: visa promover o enlace entre instituições detentoras de projetos florestais com investidores, a partir de demanda induzida ou espontânea, ao mesmo tempo em que desenvolve e promove uma rede colaborativa e integrada.

Impacto Esperado: o Plano Floresta + Sustentável estará alinhado com ações em conjunto com outros planos já em curso na Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, especificamente com o Nordeste + Sustentável e o Amazônia



+ Sustentável. Todos os planos supracitados estão sob gestão do Departamento de Recuperação de Áreas Degradadas, de Desenvolvimento Territorial e Florestal Sustentável - DEFLO.

A implementação do Plano Floresta + Sustentável possibilitará a abertura de novos mercados de produtos da sociobiodiversidade, novos arranjos produtivos, valorização, recomposição florestal e recuperação da vegetação nativa em unidades de produção agropecuária. Além disso, apoiará a adesão ao cadastro ambiental Rural - CAR, ao Programa de Regularização Ambiental e ao Pagamento por Serviços Ambientais.

12. Plano Inova Cacau 2030

Objetivo: ampliar a produção nacional de cacau, melhorar sua qualidade e promover a sustentabilidade socioambiental da cadeia produtiva, gerando renda e garantia de trabalho decente, para que o Brasil possa alcançar a autossuficiência na produção e volte a exportar amêndoas e derivados com alto valor agregado.

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

Impacto Esperado: as ações do Inova Cacau Brasil 2030 terão impacto em toda a cadeia produtiva, aumentando o valor bruto da produção com geração de riquezas nos estados envolvidos, evitando importações e seus riscos fitossanitários inerentes e fortalecendo os produtores e a indústria nacional.

Mais de 80% dos cacaucultores são agricultores familiares, assim as ações de capacitação para adoção de práticas de manejo e tecnologias adaptadas terão impacto positivo na produtividade e na sua renda, contribuindo para o combate à pobreza. No Pará, por exemplo, hoje atualmente são gerados quatro empregos diretos para cada dez hectares de cacau em produção.

O fomento a viveiristas, bem como as ações de pesquisa e inovação voltadas ao desenvolvimento de novos cultivares de cacau e técnicas de mecanização e automação abrirão novas fronteiras, incluindo áreas não tradicionais de cultivo do cacau, atraindo novos produtores, ampliando a produção e gerando direta e indiretamente milhares de empregos com benefício a toda a cadeia produtiva.

O cacau tem grande potencial de fixação de carbono e recuperação de áreas antropizadas. Aliada a outras culturas sob o sistema agroflorestal diversificado, a expansão da cacaucultura contribuirá para a conservação dos ecossistemas com geração de renda associada ao pagamento por serviços ambientais e ativos de carbono.

Tendo como principal produto o chocolate, o Plano Inova Cacau Brasil 2030 contempla ações de capacitação e incentivo ao empreendedorismo atraindo jovens e mulheres para a

cadeia produtiva, promovendo inclusão social e igualdade de gênero.

Com a ampliação do uso de boas práticas de colheita, pós-colheita, processamento, melhoria da qualidade das amêndoas e apoio à certificação e à rastreabilidade, este plano contribuirá para o aumento das exportações de cacau fino de aroma e seus derivados, contribuindo para o superávit na balança comercial brasileira e trazendo reconhecimento internacional para a qualidade do cacau brasileiro.

O Plano Inova Cacau Brasil 2030 contribuirá para o alcance direto de pelo menos onze dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas:

- ODS 1: Erradicação da Pobreza;
- ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- ODS 5: Igualdade de Gênero;
- ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- ODS 10: Redução de Desigualdades;
- ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12: Consumo e Produção Sustentáveis;
- ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- ODS 15: Vida Terrestre;
- ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação.

13. Plataforma Brasil + Sustentável

Objetivo: qualificar os produtos agropecuários brasileiros por meio da integração de bancos de dados oficiais, de forma voluntária, universal e sem custos para o produtor rural.

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

Impacto Esperado:

- qualificação dos produtos agropecuários brasileiros e atendimento a exigências de mercado;
- geração de informações organizadas, rastreáveis e confiáveis sobre a produção agropecuária sustentável no Brasil;
- destaque aos esforços do setor agropecuário voltados à sustentabilidade de seus processos produtivos;
- ampliação da oferta de produtos agropecuários, e seus derivados, com diferencial de sustentabilidade de seus processos produtivos, e alto valor intrínseco e extrínseco agregado;
- impulsionamento à geração de tecnologias sustentáveis e promoção da inovação no agronegócio brasileiro;

- impulsionamento à agropecuária sustentada por dados; e
- criação de novos mercados, oportunidades econômicas e prosperidade climática aos produtos agropecuários brasileiros.

14. Projeto Rural + Conectado

Objetivo: ampliar a conectividade nas áreas rurais, com a ampliação de infraestrutura e a disponibilização de conteúdos de qualidade aos produtores rurais, buscando o desenvolvimento sustentável por meio da adoção de tecnologias, capacitação por EaD, assistência técnica digital, dentre outros benefícios que a conectividade promove.

As infraestruturas para este projeto são definidas de forma ampla para que exista a maior quantidade de opções aos prestadores de serviço de telecomunicações, podendo ser de fibras ópticas, de satélites de alta capacidade, de redes wireless, Wi-Fi, 4G e 5G.

O público beneficiário a ser atendido seguirá estratégias definidas pelo Mapa em conjunto com outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, para que esta política pública possa contribuir com a redução das desigualdades regionais.

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

Impacto Esperado:

- melhorar os índices de conectividade das áreas rurais, tanto de cobertura de sinal (serviço móvel pessoal 4G ou 5G) quanto de acesso em banda larga nas residências rurais;
- ofertar plataformas de conteúdos de qualidade para promover a inclusão tecnológica de produtores rurais, com linguagem adequada para cada realidade;
- promover o desenvolvimento de territórios com menor IDH;
- promover a alavancagem de tecnologias para produtores que dependem de conectividade para as aplicações e equipamentos no escopo da agricultura digital como máquinas, equipamentos e sensores.

15. Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas – PNDF

Objetivo: Aumentar a área produtiva de árvores cultivadas para fins comerciais, consequentemente a área conservada sob responsabilidade deste setor, estimular o setor por meio da

Política Agrícola de Florestas Plantadas (Decreto Nº 8.375/2014) e as cadeias produtivas florestais, proporcionando reflexos positivos nos aspectos social, econômico e ambiental.

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

Objetivos Específicos: Os objetivos do PNDF são estruturados em nove eixos principais que orientam as ações indicativas (AIs) do plano:

- Fortalecer institucionalmente o setor de florestas plantadas
- Ampliar a visibilidade da silvicultura.
- Organizar e disponibilizar base de dados sobre florestas cultivadas
- Desburocratizar, aprimorar e fortalecer o sistema de defesa sanitária florestal
- Impulsionar a transferência de conhecimento
- Fomentar o desenvolvimento produtivo florestal
- Incentivar o investimento estratégico contínuo com PD&I em florestas cultivadas e seus produtos
- Articular e desburocratizar processos inerentes ao setor florestal
- Aumentar a participação da biomassa florestal na matriz energética nacional

Impacto Esperado: Com a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal, espera-se melhor desenvolver, aprimorar e trabalhar os Objetivos Nacionais Florestais, delineados para viabilizar o desenvolvimento sustentável e econômico das árvores cultivadas, recuperação de áreas degradadas e contribuição socioeconômica nos territórios brasileiros. Ao adaptar legislações na abordagem de temas como infraestrutura, promoção comercial, eficiência logística e ampliação da visibilidade do setor florestal, o Brasil pavimentará o caminho para estratégias de desenvolvimento na bioeconomia, que reflete a vocação brasileira no Agro. Esse esforço articulado pelo governo, com participação ativa de representantes setoriais e outros atores, é mais que uma estratégia, é um compromisso com o futuro sustentável do país e do mundo. O Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas (Deflo) da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI) será o responsável pela articulação junto à Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Plano Nacional Desenvolvimento Florestal em uma iniciativa conjunta, sinérgica e integrada.

14. PPA, Iniciativas Estratégicas e Objetivos Estratégicos

Existe uma relação direta entre as Iniciativas Estratégicas e os Programas do PPA, conforme a listagem abaixo. Algumas Iniciativas têm ações que são dirigidas à solução ou mitigação de problemas de mais de um Programa do PPA e por isso são apresentadas de forma repetida.

Programa Agropecuária Sustentável - 1144

2 - Recuperação e Ampliação das Estradas Vicinais

7 - Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro

9 - Plano para ampliação do financiamento a sistemas produtivos mais sustentáveis, simplificação das linhas de crédito e otimização da alocação de recursos - Agronegócio mais sustentável

10 - Projeto de implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+

11 - Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável

12 - Plano Inova Cacao 2030

13 - Plataforma Brasil + Sustentável

15 - Imagem do Agronegócio Brasileiro - True Agro Brasil

Programa Defesa Agropecuária - 2302

4 - Plataforma SDA Digital

5 - Programa Brasileiro de Certificação da Qualidade do Algodão - PBCQA

6 - Integração de Serviços de Inspeção Municipais ao SISBI-POA para ampliar a oferta de alimentos seguros - ConSIM

Programa Pesquisa e Inovação Agropecuária - 2303

1 - Plano Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas - PNF

7 - Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro

8 - Plano de fortalecimento do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira - Funcafé

10 - Projeto de implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+

14 - Projeto Rural + Conectado

Da mesma forma que as Iniciativas Estratégicas, os Objetivos Estratégicos e os Programas do PPA também estão alinhados. É importante mencionar que a relação abaixo associa os OEs aos Programas do PPA com os quais têm relação mais direta. No entanto, os OEs também têm impacto indireto sobre outros Programas do PPA.

Programa Agropecuária Sustentável - 1144

OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

OE06 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;

OE07 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;

OE11 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados;

OE12 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural; e

OE13 - Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira.

Programa Defesa Agropecuária - 2302

OE02 - Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior; e

OE10 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.

Programa Pesquisa e Inovação Agropecuária - 2303

OE05 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário; e

OE09 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.

15. Considerações Finais

O Mapa iniciou o processo de construção e implantação da Gestão Estratégica em 2005 e atualmente está no terceiro ciclo da implementação dessa tecnologia administrativa. Isto significa 20 anos executando esforços voltados à melhoria institucional, buscando gerenciar mudanças necessárias exigidas pela sociedade e para correção e ajuste de rota, sempre focado na Visão de Futuro preestabelecida.

Promover a mudança não é tarefa fácil, por isso o engajamento das pessoas é fundamental para o sucesso das iniciativas. Assim, o Mapa tem executado ações que objetivam motivar e comprometer os servidores na execução da estratégia formulada e explicitada neste documento.

Visando consolidar a estratégia, o Ministério alinhou suas estratégias a importantes instrumentos de planejamento do Governo Federal: EFD 2020-2031 e PPA 2024-2027. Os Programas do PPA do Mapa são três e estão em harmonia com os Objetivos Estratégicos das Perspectivas Resultados para a Sociedade e Resultados para o Público-Alvo constantes no seu Mapa Estratégico.

Além disso, todas as iniciativas estratégicas têm alinhamento com os Programas do PPA em vigor.

Ao longo destes 20 anos de execução e acompanhamento da estratégia, alguns resultados importantes estão sendo alcançados, gerando mudanças na organização. Alguns exemplos dessas mudanças são: (a) melhoria da gestão operacional por meio da modelagem e automação de processos de trabalho; (b) construção do Plano da Defesa Agropecuária - PDA alinhado às estratégias corporativas; (c) melhoria da participação da organização em missões internacionais; e (d) implantação de canais de comunicação interna.

O desafio agora é consolidar o processo de gestão estratégica no Mapa, de tal forma que seja apropriado cada vez mais pelos seus servidores. Os resultados só serão alcançados se houver o engajamento de todos na execução e o comprometimento dos gestores com o monitoramento e a avaliação constantes dos objetivos, das metas e das iniciativas estratégicas.

O Processo de Gestão Estratégica é coordenado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Inovação Institucional - CGPLAN, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, unidade subordinada à Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária.





MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

